



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DORES
DO RIO PRETO – ES

Autarquia Municipal
CNPJ Nº 05.776.797/0001-37

RESOLUÇÃO Nº 011/2024

“Estabelece o regulamento para o recadastramento anual dos servidores inativos e pensionistas do Instituto de Previdência de Dorés do Rio Preto – PREVIDRP, na forma que especifica.”

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência de Dorés do Rio Preto – PREVIDRP no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal Complementar nº 114/2024,

CONSIDERANDO as disposições dos artigos 2º e 3º da Lei Municipal Complementar nº 114/2024, que “consolida a legislação que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Dorés do Rio Preto”;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o recadastramento anual dos servidores inativos e pensionistas do PREVIDRP, na forma estabelecida no artigo 39 da Lei Municipal Complementar nº 114/2024, visando manter os registros da Autarquia atualizados, e

CONSIDERANDO os elementos constantes nos autos do processo administrativo protocolado sob nº 054/2024.

RESOLVE:

Art. 1º. Disciplinar o regulamento do recadastramento obrigatório anual dos servidores inativos e pensionistas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Dorés do Rio Preto – PREVIDRP estabelecido em conformidade com as disposições emergentes da presente Resolução.

Art. 2º. Os segurados inativos e os pensionistas serão submetidos a recadastramento anual, para a comprovação de vida, de vínculo ou dependência econômico-financeira, conforme o caso, e para a atualização de seus dados pessoais e do rol de dependentes dos aposentados.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DORES
DO RIO PRETO – ES**

Autarquia Municipal
CNPJ Nº 05.776.797/0001-37

§ 1º. Quando o beneficiário estiver, comprovadamente, impossibilitado de se locomover, o recadastramento será realizado em sua residência.

§ 2º. Quando o beneficiário não se recadastrar espontaneamente, o benefício será suspenso até que o recadastramento seja feito.

§ 3º. O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido pensionista estão obrigados ao recadastramento, sem prejuízo dos exames médicos aos quais devem se submeter bianualmente.

Art. 3º. O recadastramento dos inativos e pensionistas será feito anualmente, durante o mês de novembro, por meio de formulário específico, sem emendas ou rasuras, onde o inativo e/ou pensionista deverá atestar a veracidade das informações declaradas, preferencialmente na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Dorel do Rio Preto – PREVIDRP.

Art. 4º. Para se recadastrar, o inativo e/ou pensionista deverá comparecer, pessoalmente, à sede do Instituto de Previdência de Dorel do Rio Preto - PREVIDRP munido da documentação abaixo:

- I – Ficha de Recadastramento devidamente preenchida;
- II - Documento de identidade com foto;
- II - Comprovante de residência;
- III – CPF;
- IV – Título de Eleitor;
- V - Certidão de Casamento com data de emissão não superior a 5 (cinco) anos da data de efetivação do recadastramento ou averbação da separação, divórcio ou óbito;
- VI - CPF do cônjuge (se casado);
- VII - Certidão de nascimento dos dependentes menores de 21 anos (se houver);
- VIII - CPF dos dependentes menores de 21 anos (se houver);

§ 1º. O beneficiário declarado incapaz, deverá comparecer acompanhado de seu representante legal, sendo indispensável a apresentação dos documentos abaixo (originais ou por processo de cópia autenticada pelo servidor responsável pelo recadastramento ou por Tabelião de Cartório de Notas), além daqueles exigidos no artigo 4º desta Portaria:

- I - Documento oficial de identificação com foto do incapaz ou curatelado;
- II - Cadastro de Pessoa Física (CPF) do curatelado e de seu representante legal;
- III - Documento oficial de identificação com foto do representante legal;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DORES
DO RIO PRETO – ES**

Autarquia Municipal
CNPJ Nº 05.776.797/0001-37

IV - Termo de sentença judicial que o nomeou.

§ 2º. O beneficiário menor de 18 anos deverá comparecer acompanhado de seu representante legal sendo indispensável a apresentação dos documentos abaixo (originais ou por processo de cópia autenticada pelo servidor responsável pelo recadastramento ou por Tabelião de Cartório de Notas), além daqueles exigidos no artigo 4º desta Portaria:

- I - Documento oficial de identificação com foto;
- II - Cadastro de Pessoa Física (CPF) do menor e de seu representante legal;
- III - Documento oficial de identificação com foto do representante legal; e
- IV - Documentação que comprove a representação legal.


§ 3º. Não será retido, no ato do Recadastramento qualquer documento apresentado pelo beneficiário.

Art. 5º. O beneficiário ou representante legal será responsável por qualquer erro ou omissão de dados no recadastramento.

Art. 6º. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente do PREVIDRP.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dores do Rio Preto/ES, 31 de outubro de 2024.


José Carlos Nunes de Melo
Diretor-Presidente
PREVIDRP